

## “NOVO” OU “SEGUNDO” TESTAMENTO?

*Cássio Murilo Dias da Silva\**

### **Resumo**

*Este artigo tem como finalidade discutir a mudança de “Antigo” para “Primeiro” Testamento, e de “Novo” para “Segundo” Testamento. Vários setores acadêmicos, eclesiais e comerciais (autores, professores, pregadores, editoras etc.) assumiram a nova terminologia, muitas vezes com a reta intenção de eliminar rixas, ressentimentos e preconceitos em relação à comunidade judaica, mas a maioria dos adeptos da nova nomenclatura não está inteirada das questões subjacentes. Este artigo elabora um mosaico crítico do que está envolvido e avalia se a mudança tem fundamentos exegeticos e teológicos.*

**Palavras-chave:** *Novo Testamento. Inspiração. Revelação. Verdade. Palavra de Deus.*

### **Abstract**

*This paper discusses the change of “Old” to “First” Testament, and “New” to “Second” Testament. Several academics, ecclesiastical and commercial sectors (authors, teachers, preachers, publishers etc.) have taken the new terminology, often with the right intention to eliminate rixas, resentments and prejudices about the Jewish community, but most of the new nomenclature apologists have no clear idea about the subjacent issues. This article presents a critical mosaic of what is involved and evaluates whether the change has exegetical and theological bases.*

**Keywords:** *New Testament, Inspiration. Revelation. Truth. God’s Word.*

\* Doutor em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma. Professor na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

Negro ou preto? Óleo ou azeite? Diabo ou demônio? Circunferência ou círculo? Sociopata ou psicopata? Em toda e qualquer língua e idioma, a lista e o elenco de termos e das palavras sinônimas e equivalentes é longa e extensa! No campo científico e no âmbito acadêmico, muitos e incontáveis são os desacordos e as divergências sobre a nomenclatura e a respeito da terminologia!

Como o/a leitor/a observou, o parágrafo anterior é propositadamente recheado de vocábulos que aparentemente dizem a mesma coisa. Todavia, olhando mais de perto, nenhum deles exprime tão perfeitamente o conceito expresso pelo outro, a ponto de não ter, cada um deles, suas próprias nuances, seja por sua etimologia, por sua aplicação, pela ideologia que carrega, pelas consequências que provoca etc.

Na teologia e na exegese não poderia ser diferente, e muitas das discussões nestas ciências envolvem exatamente a questão acerca de qual a melhor definição para o objeto de estudo.

Desde meados da década de 1990, em muitos ambientes eclesiais, teológicos e acadêmicos, difundiu-se o costume de não mais se falar em “Antigo” e “Novo” Testamentos, e sim “Primeiro” e “Segundo”. Também no Brasil esta nova nomenclatura fez um bom número de adeptos entre professores, autores, pregadores, teólogos, biblistas e cientistas da religião. Talvez você mesmo/a, leitor/a, prefira “Segundo Testamento” em lugar de “Novo Testamento”. Neste caso, pergunte a si mesmo/a: Por que você optou por “Segundo” Testamento?

Talvez você tenha escutado ou lido que a velha nomenclatura – “Antigo” Testamento, “Novo” Testamento – traz consigo ranços antijudaicos. Talvez tenha se convencido de que a nova nomenclatura é mais adequada ao diálogo inter-religioso. Talvez tenha aceito a argumentação de que a nova nomenclatura é mais bíblica do que a anterior. Talvez outro motivo de algum modo ligado à exegese e à teologia. Talvez você tenha aceito a nova nomenclatura sem se perguntar se ela tem sustentação exegética e teológica, se ela é adequada e se cumpre a função que os seus proponentes advogam.

Antes de continuar a leitura deste artigo, responda a si mesmo/a: Você sabe quais são as questões teológicas envolvidas na passagem de “Antigo”/“Novo” para “Primeiro”/“Segundo” Testamento? Você sabe o que está em jogo por trás dessa mudança para o “politicamente correto”?

Esta pergunta assim formulada talvez seja genérica demais. Então, vamos especificar um pouco mais:

- (a) Qual a diferença entre “novo” e “segundo”?
- (b) De que modo um ou outro termo afeta o modo de compreender e explicar as relações entre os dois Testamentos?

- (c) O que isso tem a ver com os conceitos de revelação e inspiração?
- (d) Qual a diferença entre revelação e inspiração?
- (e) Qual a diferença entre Palavra de Deus e Sagrada Escritura?

Estas são apenas algumas das perguntas que precisam ser respondidas antes de uma escolha por qualquer uma das possibilidades. Portanto, se você não pensou seriamente sobre isso, cuidado! Talvez você tenha aceito a nova nomenclatura somente por gostar de mudanças e, neste caso, tua preferência é quase que afetiva e, por assim dizer, para seguir a moda. Isso significa que se trata de uma opção que não foi tomada após a avaliar os prós, os contras e os desdobramentos dessa mudança e, o que é mais importante, o que está por trás da proposta da nova nomenclatura!

Este artigo visa apresentar os vários dados do problema, mas não de modo exaustivo e sistemático (o que seria impossível em um breve artigo), e sim de modo provocativo e fragmentado. Provocativo, porque quer “cutucar” os conceitos exegético-teológicos que talvez estejam adormecidos no/a leitor/a. Fragmentado, porque, como um mosaico, tocará somente os pontos relevantes para o assunto que se está debatendo. Por fim, o artigo apresenta também um balanço que servirá de base para o leitor fazer (ou rever) a sua opção.

## 1. AS RAZÕES DA PROPOSTA DE MUDANÇA

Começemos com esta provocação: boa parte das pessoas que adotam (e até defendem) a nova nomenclatura não sabe justificar a opção. Antes de continuar a ler, responda: E você... sabe justificar a sua?

Nos âmbitos acadêmicos, os que defendem a mudança apresentam argumentos tanto de ordem extrínseca ao texto bíblico como de ordem intrínseca.

Como argumento extrínseco, os defensores da nova nomenclatura afirmam: embora o termo “antigo” não necessariamente seja negativo (antigo = ultrapassado, obsoleto), é a conotação pejorativa que predomina entre os cristãos, para muitos dos quais o cristianismo “substituiu” o judaísmo. Por conseguinte, “antigo” deixa de denotar “origem, algo que está na fonte, algo respeitável e de idoneidade comprovada”, para ser compreendido como “algo superado e que perdeu valor”. O termo “antigo” obstaculiza o diálogo entre cristãos e judeus, pois é consequência de um antijudaísmo ainda enraizado em muitos ambientes.

Os argumentos de ordem intrínseca têm a ver com a relação entre as duas partes da Bíblia: a nova nomenclatura expressa de modo mais adequado os vários vínculos entre os dois Testamentos. São três as justificativas para a mudança:

- (1) A expressão “Primeiro Testamento” é mais bíblica do que “Antigo Testamento”, uma vez que aparece em Hb 8,7.13; 9,1.15.18 e também na

versão grega de Lv 26,39-45, que fala de uma “primeira” aliança no Sinai.

- (2) Os ordinais “primeiro” e “segundo” correspondem melhor à continuidade histórica das Escrituras: primeiro, a Bíblia judaica; depois, a Bíblia cristã.
- (3) O esquema “promessa-cumprimento”, embora seja um dos modos bíblicos de compreender a mensagem da revelação, não é perfeitamente adequado para expressar as relações entre os dois Testamentos.

Diante de tudo isso, segundo os defensores da nova terminologia, ela traz as seguintes consequências positivas:

- (a) Evita o tradicional menosprezo embutido no termo “antigo”.
- (b) Reproduz corretamente a sequência histórica: o “Antigo” Testamento é anterior ao “Novo”, e, portanto, “Primeiro” em relação a um “Segundo”.
- (c) É teologicamente mais correto, uma vez que Deus falou a Israel como seu “primogênito”, isto é, a revelação a Israel é o “começo” da Aliança que Deus quer estabelecer com todos os povos.
- (d) O termo “Primeiro” Testamento remete a um “Segundo” Testamento: como não há “segundo” sem “primeiro”, também vice-versa, nenhuma das duas partes da Bíblia é completa sem a outra<sup>1</sup>.

Antes de uma avaliação crítica desses argumentos e das consequências da nova nomenclatura, é necessário dar um (ou alguns) passo(s) para trás e rever alguns conceitos básicos de teologia fundamental e de hermenêutica bíblica, para discernir com clareza o que está em jogo.

## 2. JESUS CRISTO, A “PLENITUDE A REVELAÇÃO”?

O primeiro ponto teológico a ser revisitado é o conceito cristão segundo o qual Jesus Cristo é a “plenitude a revelação”. Esta frase é usada e abusada. Entretanto, a grande maioria dos que a utilizam não se perguntam o que cada um dos termos – “plenitude” e “revelação” – significa.

Não é finalidade deste artigo elucidar exhaustivamente cada termo. Trata-se, de fato, de uma discussão que dura, no mínimo, 2.000 anos!

A revelação é o principal objeto de estudo da chamada “teologia fundamental”. Ao longo da história da teologia, a compreensão do que é a revelação – como ela acontece, qual seu conteúdo, se há distinção entre revelação e inspiração e

1. Resumo de ZENGER, Erich. A Sagrada Escritura de judeus e cristãos. In: ZENGER, Erich et al. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 20-21.

outras questões basilares – esteve sempre muito ligado às correntes filosóficas e teológicas, ao progresso científico e tecnológico, às culturas.

Não obstante os teólogos fundamentais tenham passado a considerar a revelação “um ato comunicativo de Deus”, as teologias do século XX não conseguiram se libertar totalmente dos conceitos e das definições das teologias passadas, principalmente a medieval, que não distinguia revelação de inspiração. Por isso, para muitos (não só teólogos, mas também bispos e outras autoridades eclesiais), a revelação é um “depósito de verdades” sobre Deus, sobre a fé e sobre a moral. Por conseguinte, afirmar que “Jesus Cristo é a plenitude da revelação” equivale a dizer duas coisas: (a) que Jesus revelou as verdades definitivas sobre Deus, e que (b) com a morte do último apóstolo encerrou-se a revelação.

Esta compreensão de revelação é, no mínimo, questionável. Basta partir de algumas questões práticas: O que Jesus disse acerca do uso da energia atômica? O que o apóstolo Pedro ensinou sobre células-tronco? O que o evangelista Marcos escreveu sobre o sincretismo religioso na Bahia? Que argumentos Paulo usou para rebater a heresia do monofisismo?

Absolutamente nada!

Portanto, estamos diante de um problema: Se estas questões teológicas e de moral não foram contempladas por Jesus nem pelos autores neotestamentários... como então Jesus é a “plenitude da revelação”?

Sempre que essa dificuldade surge, tenta-se superá-la encontrando alguma afirmação na Bíblia (não só no Novo Testamento) que, por algum tipo de analogia, possa ser aplicada àqueles problemas. Por exemplo, “o fruto da árvore que está no meio do jardim não comerás nem tocarás nela” (parafrazeando Gn 2,16 e 3,3) é interpretado como referente à fertilização *in vitro* e, portanto, usado como argumento para considerar pecado as experiências genéticas! Este tipo de teologia, no entanto, além de ser marcado pelo moralismo exacerbado, baseia-se em um conceito inadequado de revelação – o depósito de verdades – e, por conseguinte, de “plenitude da revelação”.

Quando se fala de “plenitude” há de se perguntar se se trata de uma plenitude “quantitativa” ou “qualitativa”. Por plenitude “quantitativa” compreende-se o acúmulo de “verdades reveladas” (o depósito), que atingiu a carga máxima com Jesus e os apóstolos, depois do qual não haverá nenhuma novidade sobre Deus, sobre a fé e sobre a moral. Diferente é o caso da plenitude “qualitativa” que não se restringe à superioridade da mensagem do Novo Testamento em relação à do Antigo, mas que atinge o próprio conceito de revelação.

E com isso, compreende-se a diferença entre revelação como um “depósito de verdades” e revelação como um “ato comunicativo de Deus”, cuja finalidade não é ensinar verdades divinas que de outro modo nunca saberíamos, e sim *levar o homem à comunhão* com Deus. E se o objetivo da revelação é levar o homem

à comunhão com Deus, afirmar que “Jesus é a plenitude da revelação”, significa afirmar que “Jesus é a plenitude da comunhão com Deus”, uma plenitude não *quantitativa* (que seria a soma de todas as experiências de comunhão com Deus ao longo da história da salvação: Moisés, Elias, Davi, Maria etc.), e sim *qualitativa*: Jesus é o paradigma, o ponto de referência para avaliar as experiências de comunhão com Deus, tanto as anteriores a ele, como as posteriores, chegando até nós.

Resumindo, a superação dos conceitos de revelação como “depósito de verdades” e de plenitude como “quantidade” exige que se rompam também duas barreiras:

- (a) a primeira, para depois de Jesus, acerca do *encerramento* da revelação;
- (b) a segunda, para antes de Jesus, acerca da *validade* do Antigo Testamento.

Acerca do *encerramento* da revelação, aqui, apenas uma abordagem sumária.

Se a revelação é um *ato comunicativo* pelo qual Deus quer nos levar à *comunhão* com ele, então, a revelação *não se encerrou* com a morte do último apóstolo<sup>2</sup>. Ao contrário, ela continua acontecendo para que o homem de hoje (e também o de amanhã, até o fim da história) possa encontrar, nas circunstâncias de sua realidade histórica, social, tecnológica etc., o melhor modo de chegar à *comunhão com Deus*.

A revelação, como ato comunicativo em vista da comunhão com Deus, re-coloca em outros termos as questões ligadas aos exemplos de alguns parágrafos acima: Que tipo de uso pode ser feito da energia atômica e da engenharia genética sem romper a comunhão com Deus? Como estar em comunhão com Deus em uma sociedade sincrética? Que modos de compreender Deus hoje nos aproximam dele ou, ao contrário, nos afastam?

A segunda barreira – aquela referente à *validade* do Antigo Testamento – é igualmente complexa e a ela dedicaremos mais tempo, mais bytes e mais tinta.

### 3. A INTERPRETAÇÃO CRISTÃ DAS ESCRITURAS

Para expressar a sua profissão de fé, os autores do Novo Testamento e, depois deles, os pais da Igreja valeram-se de esquemas para tentar exprimir as complexas relações entre os dois Testamentos. Alguns deles:

- Modelo *alegórico*: personagens e eventos do Antigo são figuras de Cristo e da Igreja.
- Modelo *tipológico*: personagens e eventos do Antigo remetem aos personagens e eventos do Novo.

2. A concepção de que a revelação se encerrou com a morte do último apóstolo, está diretamente ligada ao conceito de revelação como “depósito de verdades”.

- Modelo do *cumprimento*: no Novo Testamento se cumprem as profecias messiânicas e escatológicas do Antigo.
- Modelo *histórico-salvífico*: muito usado por Paulo, defende que Deus não mudou seu modo de agir, mas repete agora com os gentios o que antes havia feito com Israel.
- Modelo da *continuidade/descontinuidade*: ao mesmo tempo em que o Novo Testamento lança suas raízes no Antigo, dele se destaca, uma vez que o evento Cristo vai além do esperado.
- Modelo da *superação*: a Lei de pureza e as prescrições litúrgicas são superadas pela nova Lei do amor.
- Modelo da *relativização*: o Antigo Testamento é “servo” do Novo, isto é, o Antigo Testamento prepara a revelação definitiva em Jesus Cristo<sup>3</sup>.

Esses e outros esquemas servem para dizer que o Novo Testamento termina o que o Antigo tinha começado. Mas cada um deles é sempre uma releitura, uma leitura da leitura, absolutamente marcada pela fé que Jesus de Nazaré é o Cristo e, como tal, o Revelador (ele é a perfeita manifestação de Deus) e o Revelado (nele, a revelação se cumpre plenamente).

Mais ainda, cada esquema desses é uma interpretação do interpretante, isto é, de Jesus como Cristo. Ora, se Jesus é a Palavra eterna do Pai, a “plenitude da revelação” (independente de qual sentido se dê a essa frase) não se identifica com a palavra escrita nos livros do Novo Testamento, mas somente com o próprio Jesus. Acontece que, como por duas vezes alerta o autor do Quarto Evangelho, de tudo o que Jesus foi, fez e falou, está escrita somente uma mínima parte (cf. Jo 20,30-31 e 21,25). Ou seja... *Jesus* é a plenitude da revelação; o Novo Testamento, não!

Talvez o/a leitor/a esteja perguntando: O que isso tem a ver com o objetivo deste artigo?

Devemos recordar que uma das motivações para mudar a nomenclatura é a carga pejorativa carregada pelo termo “antigo”, enquanto o binômio “primeiro-segundo” exprimiria melhor o vínculo entre as duas partes da Bíblia. E isso tem a ver com uma das questões latentes à mudança: o conceito de inspiração e como este conceito pode ser aplicado aos dois Testamentos.

#### 4. INSPIRADOS? COMO?

Jesus é a plenitude da revelação. Jesus... não a Bíblia! Nem os dois Testamentos juntos e muito menos cada um isoladamente!

3. Estes e outros modelos encontram-se em ZENGER, et al. 2003, p. 21-24, com uma avaliação crítica.

Afirmar que a Bíblia não contém *toda* a revelação divina significa também afirmar que nenhum dos dois Testamentos apresenta uma imagem perfeita de Deus, de sua vontade para o ser humano, de seu projeto de salvação. Tudo isso precisa ser completado sempre mais e de novo. Ou seja, “a revelação ainda não acabou”!

Ora, se os dois Testamentos – tanto conjuntamente e muito menos isoladamente – não contêm a imagem perfeita e total de Deus<sup>4</sup>, por conseguinte, é inadmissível dizer que a imagem de Deus no Novo Testamento é melhor, ou mais adequada, do que a imagem de Deus no Antigo. E menos admissível ainda é a ideia de que o Deus do Antigo Testamento é diferente do Deus do Novo, uma vez que o Deus do Antigo Testamento é vingativo, enquanto o Deus do Novo é misericordioso. Este modo de pensar é errôneo e, no mínimo, atesta desconhecimento de que o Deus do Antigo Testamento *é também misericórdia e perdão* (Ex 34,6; Dt 4,31; Sl 103,8 e muitos outros textos), ao passo que o Deus do Novo *também é furioso e vingativo* (a vingança de Deus é abundante no livro do Apocalipse de João). O próprio Jesus sente ira (Mc 11,15-18 e paralelos; Mc 1,41, conforme alguns manuscritos), por vezes é intolerante (Mc 8,33 e paralelos) e impreca a destruição de quem não o aceita (Mt 11,20-24 e paralelos; Mc 14,21) ou de quem não se encaixa em seu projeto (Lc 6,24-26).

Por fim, cumpre lembrar que Antigo e Novo Testamento têm em comum não somente o mesmo Deus, mas também o mesmo povo: Jesus era judeu e nunca deixou de ser; seus discípulos eram judeus; os autores do Novo Testamento (se não todos, a sua grande maioria) eram judeus; o principal evento do Novo Testamento (vida-morte-ressurreição de Cristo) aconteceu entre judeus; a Igreja começou com os judeus.

O que nos arremete para outra questão: O Novo Testamento substitui o Antigo?

## 5. VARIAÇÕES DE UMA CONCEPÇÃO ERRÔNEA

Não é preciso dizer que é errado pensar que o Antigo Testamento perde sua validade para o Novo, ou que é substituído pelo Novo, ou, ainda, que é anulado pelo Novo. De fato, estas são variações de um erro provocado por algumas confusões de conceitos: confunde-se “revelação” com “Palavra de Deus”, confunde-se “Palavra de Deus” com “Sagrada Escritura”, confunde-se “plenitude” com “totalidade”.

4. Caso isso acontecesse, Deus já não seria Deus, seria um ídolo, reduzido ao que nossa limitada capacidade de entendimento consegue imaginar a respeito dele. Por conseguinte, ele deixaria de ser um *mistério*, para se tornar uma divindade “compreendida”, isto é, enquadrada, domesticada, diminuída.

É importante ter ideias claras e distintas sobre tudo isso, pois será de capital importância para a discussão da terminologia “segundo”/“novo”. Infelizmente, a exiguidade de páginas deste artigo não permite estabelecer as distinções. Não obstante, é necessário afirmar: o Novo Testamento isoladamente não é a plenitude (e muito menos a totalidade) da Palavra de Deus, nem da Sagrada Escritura, nem da revelação. O mesmo se diga do Antigo.

E embora Antigo e Novo Testamento sejam Sagrada Escritura (não obstante a diferença dos quatro cânones: judaico de Alexandria, farisaico pós-70, cristão católico e cristão não católico), *juntos* os dois Testamentos também não esgotam a revelação, nem a Palavra Deus. Dito de outro modo: a revelação divina e a Palavra de Deus não se identificam nem se resumem aos livros canônicos do judeu-cristianismo!

Por outro lado, há de se perguntar se um Testamento depende do outro para que ambos sejam Palavra de Deus e documentos da revelação. Ou seja: o Novo Testamento depende do Antigo para ser Palavra de Deus? O Antigo depende do Novo para ser inspirado?

O conceito de revelação como “depósito de verdades” fez com que a discussão acerca da inspiração se restringisse quase exclusivamente à questão sobre a autoria da Sagrada Escritura. À pergunta “Quem é o autor (a causa)?”, a resposta se apresentava assim: Deus é a causa eficiente literária; o homem é a causa eficiente do escrito. Deste modo, tentava-se garantir que a autoria divina não impedisse nem rebaixasse a autoria humana.

Este modo de discutir o problema marcou de tal modo a reflexão sobre as relações entre Antigo e Novo Testamento, a ponto de vários teólogos (ou não) e cientistas da religião (ou não) confundirem a ordem da percepção com a ordem dos acontecimentos e afirmar que o Antigo Testamento é inspirado (e, portanto, Palavra de Deus) somente por causa do Novo e graças a ele. Na prática, isso significa diminuir a inspiração do Antigo Testamento e – novamente a arrogância cristã – afirmar que os judeus, que não aceitam o Novo Testamento, leem em suas sinagogas algo que não é Palavra de Deus!

Sem dúvida, o Novo Testamento *reconhece* o Antigo como inspirado (2Tm 3,16). Mas, uma coisa é reconhecer que algo seja (significa que sempre foi, mesmo antes de ser percebido como tal); outra, é fazer com que seja (significa que não era, e que passa a ser quando constituído daquele modo). Voltarei a este ponto mais adiante. Por ora, quero chamar a atenção para o fato que o Antigo Testamento tem seu próprio sentido, independente do Novo. Ainda que não a “plenitude”, mas é perfeitamente possível compreender o Antigo Testamento independente do Novo. O contrário, porém, não acontece: é absolutamente impossível compreender o Novo sem o Antigo. Esta afirmação bastaria para questionar: Então... qual depende de qual? É o Antigo que depende do Novo, ou o Novo que depende do Antigo?

Aplicada a Jesus, esta mesma pergunta se propõe assim: É Jesus quem legitima/elucida o Antigo Testamento como Palavra de Deus, ou é que Antigo Testamento que legitima/elucida Jesus como Messias-Cristo?

Pois, se o raciocínio segundo o qual o Antigo Testamento é Palavra de Deus somente porque assim reconhecido pelo Novo, o mesmo pode ser usado inversamente e afirmar: “o Novo só é Palavra de Deus porque preparado pelo Antigo!” Mais ainda: “Jesus só é salvador porque ‘prenunciado’ pelo Antigo!” Isso implicaria dizer que, sem o Antigo, Jesus não seria Messias, nem Salvador, nem Filho de Deus!

Afinal, *por si mesmo* – e independente do que afirmado no Antigo Testamento – Jesus é ou não é tudo isso?

No entanto, lembre-se o/a leitor/a: o Antigo Testamento *não fala de Jesus de Nazaré*. São os cristãos que interpretam Jesus à luz dos escritos veterotestamentários e veem nele o cumprimento e a plena realização do que lá está escrito, algumas coisas de modo direto e absoluto, outras de modo alegórico e metafórico. Basta perguntar: Jesus é o Messias? Ora, o título Messias no Antigo Testamento tem uma carga conceitual bem diferente daquilo que Jesus foi: o Messias iria assumir o *status* de rei do povo de Israel, restabelecer o império davídico e declarar a independência política de Jerusalém. Jesus não fez nada disso! E, no entanto, ele é reconhecido como Messias, agora com o título de “Cristo”. E isso implica uma séria mudança conceitual e, por conseguinte, teológica.

Então, novamente a pergunta: para ter algum sentido – e para ser Palavra de Deus – é o Antigo que depende do Novo, ou o Novo que depende do Antigo?

## 6. DEPENDÊNCIA?

Convém retomar aqui aquele conceito de que, como Palavra de Deus e para ser interpretado como tal, o Antigo Testamento *depende* do Novo. Este modo de pensar:

- a) confunde o objeto com a percepção que se tem dele;
- b) fundamenta-se em uma inadequada compreensão de “verdade”;
- c) supõe que os dois Testamentos sejam rivais.

### 6.1 O OBJETO E A PERCEPÇÃO QUE SE TEM DELE

Em primeiro lugar há de se notar a diferença entre ser por si mesmo e ser percebido como tal. Explico: uma coisa é dizer que “os cristãos percebem o Antigo Testamento como Palavra de Deus por causa do Novo”, outra é dizer que “o Antigo Testamento é Palavra de Deus *só* por causa do Novo”.

Sem dúvida, para os cristãos, o Antigo Testamento adquire sentido no horizonte de interpretação do Novo, o Antigo é considerado inspirado na perspectiva do Novo, o Antigo é percebido como inspirado a partir do Novo. Mas esta é a percepção cristã. Os judeus (e muçulmanos) o percebem e interpretam diferentemente.

Basta colocar a questão: o Antigo Testamento se tornou Palavra de Deus só depois do Novo (ou, se alguém preferir, só depois de Jesus), ou já era Palavra de Deus antes? O Antigo Testamento já era inspirado antes de Jesus ou se tornou só depois dele?

Para se responder a esta questão é necessário distinguir o objeto do juízo acerca dele. Sem dúvida, o Novo Testamento *reconhece* que o Antigo é inspirado e que é Palavra de Deus. De fato, são diversas as atestações neotestamentárias acerca da inspiração e da inspirabilidade do Antigo Testamento: o *motivo condutor* mateano de que “o Senhor tinha dito por meio do profeta” (Mt 1,22; 21,5.17; 8,17 etc.), as várias vezes que Jesus fala de si mesmo à luz das Escrituras judaicas (Lc 4,18-19.25-27; 24,25-27.44-47) e as afirmações diretas acerca da natureza inspirada do Antigo Testamento (2Tm 3,15-16; 2Pd 1,19-21), entre outros textos que podem ser lidos nesta perspectiva.

Mas, *reconhecer* que algo é não equivale a *declarar, constituir, fazer começar a ser*. Ou seja, o Antigo Testamento sempre foi inspirado, sempre foi Palavra de Deus, mesmo antes de o Novo Testamento e o próprio Jesus reconhecê-lo como tal. E como é impossível afirmar que o Antigo Testamento *se tornou* inspirado e *se tornou* Palavra de Deus *só depois* de Jesus e do Novo Testamento, é necessário afirmar também que a interpretação cristã do Antigo Testamento, embora legítima, não é a única, nem a primeira<sup>5</sup>.

Mais ainda, sob o risco de dizer algo óbvio e repetido, é necessário atentar para o fato que a releitura cristã do Antigo Testamento é algo *extrínseco* a ele, isto é, uma gama de significações e interpretações acrescentadas pelos cristãos à luz do evento Jesus como Messias-Cristo.

Deixando por um momento esta releitura *extrínseca* dos cristãos, há de se perguntar o que o Antigo Testamento diz de si mesmo. Acerca disso, é imperativo reconhecer que já antes de Jesus e dos autores neotestamentários afirmarem que o Antigo Testamento é Escritura inspirada, sagrada e Palavra de Deus, o próprio Antigo Testamento já tinha esta mesma compreensão de si mesmo. Assim: os vários oráculos proféticos que incluem as frases “a Palavra de YHWH veio” (Is 13,1; Jr 1,4; 10,1; Jn 1,1 etc.), “assim diz YHWH” (Is 29,22; Jr 25,8 etc.) e “oráculo de YHWH” (Is 14,22-23; Jr 3,10.12.14; Ez 16,14 etc.); as inúmeras referências à

5. Nesta linha, o Papa Bento XVI assume como sua a proposição 52 do Sínodo dos Bispos sobre a Palavra de Deus e confirma: “a compreensão judaica da Bíblia pode ajudar a inteligência e o estudo das Escrituras por parte dos cristãos” (VD 41).

Torá de YHWH (Sl 37,31; 119) e várias outras, de modo particular o prólogo do tradutor de Sirácida, no qual se fala da Escritura já com uma divisão tripartite: Lei, Profetas e Escritos.

Em outras palavras, o Antigo Testamento jamais se vê como uma muleta para o Novo, assim como não é necessário recorrer às declarações do Novo Testamento para afirmar que o Antigo é inspirado.

### 6.2 E O QUE É A “VERDADE”?

A resposta à pergunta de Pilatos a Jesus (Jo 18,38) não se esgota na teologia do Quarto Evangelho (a verdade não é uma coisa, mas uma pessoa: o próprio Jesus, cf. Jo 14,6). É necessário levar em conta também a diferença entre o modo ocidental de conceber a “verdade” e o modo semita (ou médio-oriental).

Para o homem ocidental, a verdade está no fato, na evidência objetiva. Por isso, a filosofia grega afirma que a verdade é a *adequatio intellectus ad rem* (“adequação do intelecto à coisa”). Para o médio-oriental, no entanto, a verdade não está unicamente na coisa, mas também (e principalmente) no que a coisa significa no que o fato representa. Por esta razão, enquanto o homem ocidental, ao ler a Bíblia, interroga se os fatos aconteceram *exatamente* do jeito narrado, o homem médio-oriental, ao ler a mesma Bíblia, interroga sobre qual sentido o autor quer que o leitor dê aos episódios narrados, uma interpretação que já está embutida no modo de narrar.

De fato, o homem ocidental se sente pouco à vontade com um texto repleto de diferenças, contrastes e discordâncias acerca do mesmo assunto. Basta olhar, por exemplo, os quatro retratos diferentes de Jesus nos evangelhos canônicos: o Jesus de Lucas é muito diferente do Jesus de João, por exemplo. Ou ainda, a diferença de opinião dos sábios do Antigo Testamento acerca da validade ou não da Teologia da Retribuição: enquanto o Livro dos Provérbios defende que “aqui se faz, aqui se paga”, Jó e Qohélet (Eclesiastes) têm opinião radicalmente contrária.

Tudo porque, para o homem ocidental, a verdade é algo objetivo, enquanto para o homem médio-oriental a verdade é algo aberto à discussão.

Esse conceito de verdade é um dos elementos que faz a diferença entre a leitura cristã e a leitura judaica das Escrituras. Pois a leitura cristã, marcada pela mentalidade ocidental, pergunta qual “o” sentido das Escrituras, qual “a” interpretação correta de um texto; diferentemente, a leitura judaica, eminentemente médio-oriental, pergunta quais “os” sentidos e quais “as” interpretações de um texto. Enquanto, para o ocidental e cristão, a verdade é a que está mais de acordo com o dogma, para o judeu e médio-oriental, a verdade é a que faz o leitor ser uma pessoa melhor!

Isso tem implicações graves na composição e na leitura do Novo Testamento, uma vez que ele foi escrito por judeus, mas é lido por cristãos. Nem sempre

as preocupações do leitor eram as do autor, e vice-versa. Por conseguinte, a interpretação cristã do Novo Testamento acabou se afastando da matriz judaica e provocou o equívoco de que o Novo Testamento é inconciliável com o Antigo.

### 6.3 OS DOIS TESTAMENTOS COMO RIVAIS

As seguintes concepções

- o Novo Testamento substitui o Antigo;
- plenitude da revelação equivale a totalidade da revelação;
- o Antigo Testamento não tem uma mensagem própria;

são falsas e têm como pano de fundo um equívoco ainda maior: uma errônea, outra interpretação do que se poderia chamar de “rivalidade” entre os dois Testamentos.

Sem dúvida, judaísmo e cristianismo são dois modos diferentes de crer, mas não modos *antagônicos* de crer.

O movimento de Jesus, caso tivesse sido aceito pelo judaísmo multifacetado de sua época, seria mais um dos partidos político-religiosos do século I na Judeia (como o foram fariseus, saduceus, zelotas e essênios).

Por uma série de razões, judaísmo e cristianismo se separaram, mas de modo algum as Escrituras judaicas negam as Escrituras cristãs, e muito menos as Escrituras cristãs tornam obsoletas as Escrituras judaicas. Muito ao contrário – e voltando ao conceito de verdade como discussão e novas significações –, as Escrituras judaicas adquirem novas significações nas Escrituras cristãs; e, vice-versa, as Escrituras cristãs (e as suas verdades) só podem ser compreendidas com base nas Escrituras judaicas.

Em resumo, um Testamento não substitui o outro, pois nenhum deles é a totalidade da Palavra de Deus; nenhum deles é a completa mensagem de Deus; nenhum deles é, sozinho, a plenitude da revelação! Por isso, é necessário deixar valer e valorizar as diferenças. É também necessário aceitar que é possível falar de uma “rivalidade” entre os dois Testamentos somente no âmbito da natural divergência entre as duas Alianças, que possuem fundamentos históricos diferentes: o êxodo de um povo (a saída de Israel do Egito) e o êxodo de uma pessoa (a ressurreição de Jesus o Cristo). E, neste sentido, o Novo Testamento “rivaliza” com o Antigo porque o relê, reinterpreta e abre para novas perspectivas à luz do evento Cristo<sup>6</sup>.

6. Sobre isso, ver ZENGER, et al. 2003, p. 26, que fala dessa rivalidade na perspectiva do “diálogo fecundamente tenso entre as duas partes da Bíblia cristã una”.

Desse modo, Antigo e Novo Testamentos se vinculam não por uniformidade, nem por uma unidade estrita, e sim por “nexo” compreendido em sentido vasto e com vários níveis.

## 7. ANTIGO TESTAMENTO: PALAVRA DE DEUS?

Quando se fala de vários nexos em vários níveis, não se quer dizer unicamente os vários modelos/esquemas de interpretação cristã das Escrituras, que se enquadram no aspecto teológico. Há também os aspectos linguístico, literário, histórico e socioantropológico, que de algum modo estão presentes nos vários textos do Novo Testamento que falam da(s) Escritura(s): Mt 21,42; Mc 12,24; Jo 10,35; Rm 15,4 etc.

No entanto, para o propósito deste artigo, é necessário ler novamente, à luz destes outros nexos, a principal afirmação do Novo Testamento sobre a inspiração e a inspirabilidade do Antigo: 2Tm 3,16-17.

Nestes versículos, que significa “Escritura”? Certamente, não é o Novo Testamento, porque ainda não existia. Então, trata-se da Escritura judaica, isto é, o Antigo Testamento. Mas... qual? Bem provavelmente, 2 Timóteo foi escrita antes da definição do cânon farisaico, o que nos coloca diante do problema de não sabermos quais livros compõem esta “Escritura”!

Cumprir recordar que foi o concílio farisaico de Jâmnia que expurgou do cânon judaico os livros não escritos em hebraico, embora na sinagoga de Alexandria fossem utilizados também livros escritos em grego<sup>7</sup>. Em 2Tm, portanto, de quais livros se fala: somente o que estava em hebraico ou também o que estava em grego, isto é, algum livro da Septuaginta, tal como Sirácida e Sabedoria? Mais ainda, esta “Escritura inspirada” inclui também os livros que não entraram no cânon farisaico, mas que são citados por Judas? Pois Jd 7.14-16 serve-se do *Livro de Henoc*; Jd 6-7, do *Testamento dos Doze Patriarcas*; Jd 9, da *Assunção de Moisés*!

Esses e outros questionamentos fazem retornar a problemática do conceito de “plenitude” e dos verbos, inadequados ou não, usados para explicá-la: completar, substituir, suplantar e, de modo particular, cumprir.

Que significa “cumprir”? E em que sentido o Novo “cumpre” o Antigo?

Pois, se “cumprir” é lido como “executar o prescrito ou prometido; satisfazer o determinado; tornar efetivas as promessas”, então, o Novo Testamento “cumpre” muito pouco o Antigo: o trono de Davi não foi restabelecido, a derrota dos inimigos de YHWH não aconteceu, o ímpio não foi extirpado da face da terra,

7. O livro de Sirácida, por exemplo, muito considerado no judaísmo de então, ficou fora do cânon farisaico porque não se tinha nenhuma cópia do original hebraico. Não obstante, foi muito estudado e comentado pelas escolas rabínicas até a Idade Média!

o justo não prosperou na sociedade, Jerusalém não se tornou uma cidade de paz! Nem no tempo de Jesus, nem no tempo da Igreja, desde seu início até hoje!

O Novo Testamento “cumpre” o Antigo somente no campo da cristologia, o que equivale dizer, graças à releitura cristã. Mas o perigo é considerar o que não é cristológico algo provisório, superado, não importante e, portanto, descartável! Equivale a afirmar que o que não é cristológico no Antigo Testamento não é Palavra de Deus!

## 8. A NOVA NOMENCLATURA SE SUSTENTA?

Como você pode ver, a mudança para uma nova nomenclatura não é algo tão tranquilo como se imagina e não traz somente consequências positivas e politicamente corretas. Ao contrário, traz no seu bojo uma série de questionamentos ligados a problemas há muito latentes e malresolvidos. Em muitos casos, o progresso da discussão teológica revelou a fragilidade das respostas que por muito tempo (por vezes séculos) foram aceitas. Ora, a simples mudança terminológica não ajuda a resolver impasses nem a encontrar novas respostas. Pior, corre o risco de até mesmo mascarar os reais problemas ou desviar a atenção de questões mais fundamentais.

Uma delas refere-se ao caráter inspirado – a inspirabilidade – dos dois Testamentos: independente da mudança da nomenclatura, é necessário mudar o modo de compreender a inspirabilidade das duas partes da Bíblia, particularmente o que se refere ao Antigo/Primeiro Testamento. Concretamente: de nada adianta mudar de “antigo” para “primeiro”, de “novo” para “segundo” e continuar pensando que o “Antigo/Primeiro” Testamento é inspirado e Palavra de Deus só graças ao “Novo/Segundo” Testamento, apenas em função e por causa dele. Este tipo de postura caracteriza um desprezo bem maior do que o uso de um ou de outro termo. Em outras palavras, a mudança de “antigo” e “novo” para “primeiro” e “segundo” acaba sendo apenas um exemplo de falsa modéstia cristã, caso se considere o caráter inspirado do Antigo-Primeiro Testamento como algo dependente do Novo-Segundo.

Além disso, não deixa de ser uma presunção cristã pensar que o Antigo Testamento é Palavra de Deus e Sagrada Escritura *só por causa* do Novo e *em função* dele. Esta presunção, como consequência, leva a afirmar “pobres dos judeus e dos muçulmanos, que ‘ficaram’ só com o Antigo Testamento”! Ora, isso é inaceitável, seja pelo respeito às religiões, seja porque é um erro de exegese e de teologia. Basta lembrar que os próprios conceitos de “plenitude” e “cumprimento” para o Novo Testamento não são tão livres de problemas, uma vez que também o Novo Testamento contém promessas ainda não realizadas e, portanto, poderia não ser “plenitude” nem “cumprimento”, dependendo do significado, atribuídos a esses vocábulos.

Repetindo, a leitura cristã do Antigo Testamento é “uma” leitura: a leitura dos cristãos. Mas, será a única? Será a mais adequada?

Isso tudo tem a ver diretamente com o argumento extrínseco, isto é, que o termo “antigo” induz ao desprezo das Escrituras judaicas como superadas e totalmente substituídas pelas Escrituras cristãs e, por isso, deve ser evitado. Ora, o que de fato obstaculiza o diálogo entre judeus e cristãos não é apenas e tão somente a conotação pejorativa de um termo ambivalente, mas um modo de pensar a inspiração e a Escritura, um modo que não é eliminado com a simples mudança terminológica, embora, sem dúvida, esta possa ajudar.

Quanto aos argumentos intrínsecos, também eles demonstram-se problemáticos.

Primeiro, o caráter bíblico da frase “primeira aliança” (*prôte diathéke*), atestado em várias vezes em Hebreus (8,7.13; 9,1.15.18) e na versão grega do Levítico (26,39-45). Trata-se de um fato inquestionável. Mas também é inquestionável o fato de “nova aliança” (*kainé diathéke*) ser igualmente uma frase bíblica: não só no mesmo escrito aos Hebreus (8,8; 9,15), como também em Lc 22,20; 1Cor 11,25; 2Cor 3,6; e já antes em Jr 38,31. Portanto, é difícil admitir que “Primeiro Testamento” seja *mais bíblico* (!) do que “Antigo Testamento”.

Caso você tenha lido com atenção o parágrafo anterior, terá notado a passagem, no parágrafo acima, de “aliança” para “testamento”. Isso pertence às dificuldades relativas ao segundo argumento intrínseco, isto é, que os ordinais “primeiro” e “segundo” correspondem melhor à continuidade histórica das Escrituras: “primeiro” a Bíblia judaica, “segundo” a Bíblia cristã.

Sobre a inadequação dos termos “judaica” e “cristã” falarei mais abaixo. Quero agora levantar uma questão de fundo (ou de fundamento): o “Segundo” Testamento liga-se ao “Primeiro” somente pela continuidade, ou há também descontinuidade e, portanto, ruptura e *novidade*? Mais ainda: a nova terminologia não corre o risco de negar que o “segundo” seja de fato “novo”?

Além disso – e para ficar somente na “continuidade” – há de se perguntar: Trata-se de uma continuidade unicamente cronológica (porque as Escrituras judaicas vieram *antes* das Escrituras cristãs) ou deve ser levado em conta também o aspecto teológico (e, novamente, com continuidade-repetição e descontinuidade-novidade)?

E também – e ainda permanecendo no registro da “continuidade” – que fazer com a Septuaginta? Pois a assim chamada “Bíblia grega” não é uma mera tradução das Escrituras hebraicas; antes, contém também rupturas, novidades, acréscimos, tanto em termos literários como em termos teológicos. No último quarto do século XX, chegou-se ao consenso de que a versão grega das Escrituras hebraicas é também inspirada<sup>8</sup>. Isso não só fundamenta a canonicidade dos livros

8. Sobre isso, ver VELTRI, Giuseppe. L'ispirazione della LXX tra leggenda e teologia. *Laurentianum*, v. 27, p. 1-71, 1976.; BUZZETTI, Carlo. Traduzione della Bibbia e ispirazione della 'Settanta'. *Rivista Biblica Italiana*, v. 20, p. 131-161, 1972; CIMOSA, Mario. La traduzione greca dei LXX: Dibattito sull'ispirazione. *Salesianum*, v. 46, p. 3-14, 1984.

“deuterocanônicos”<sup>9</sup>, usando a definição católica, mas também coloca o problema: se o texto grego é tão inspirado quanto o hebraico, então deveríamos ter dois “Antigos” Testamentos, o hebraico e o grego!

Apenas dois exemplos para ilustrar: o Saltério hebraico é diferente do Saltério grego (o que, aliás, obrigou Jerônimo a manter as duas versões lado a lado em sua Vulgata); o Jeremias hebraico é bem diferente do Jeremias grego (a ordem dos capítulos não é a mesma, e o Jeremias hebraico é cerca de 1/8 mais longo do que o Jeremias grego).

Essa questão da Septuaginta é importante e retornarei a ela mais adiante. Mas, antes, é necessário olhar com mais atenção o próprio termo “testamento”.

Nas línguas modernas, “testamento” não significa o mesmo que *testamentum* em latim. Nas línguas modernas, “testamento” designa o conjunto das recomendações ou vontades últimas de alguém que sabe que vai morrer. Embora se fale também de “testamento” quando essas derradeiras determinações são deixadas oralmente, em geral o termo é aplicado a um documento escrito. O termo latino *testamentum* foi usado para traduzir as palavras que em hebraico e em grego significam “aliança”: respectivamente, *berít* e *diathêke*. Com isso, o acento passou do “pacto” para o “documento do pacto”, e foi esse significado derivado que se impôs a ponto de se falar dos dois Testamentos bíblicos muito mais como livros (ou partes de um único livro) do que como duas alianças<sup>10</sup>.

Ora, a mudança de “antigo/novo” para “primeiro/segundo” provoca alterações também na compreensão de “testamento”, de modo a obscurecer ainda mais o significado de “pacto, documento do pacto” e manter quase que exclusivamente o conceito de “documento” e, portanto, texto. Com isso, reemergem os questionamentos ligados à Septuaginta, a ponto de ser inevitável a pergunta: Se “testamento” é “livro, documento escrito”, qual é o “segundo” testamento: as escrituras cristãs ou a versão/ampliação grega das Escrituras hebraicas? Ou seja... o “segundo” testamento não deveria ser a Septuaginta?

Este descompasso entre “testamento” e “aliança” fica ainda mais evidente na nova nomenclatura, que apresenta “primeiro testamento”, “segundo testamento”, mas não “primeira aliança”, “segunda aliança”. Pois, se é possível falar de “antiga aliança” – “nova aliança” como dois modelos de projeto salvífico, o mesmo não se pode dizer de “primeira aliança” – “segunda aliança”, que logo se demonstra terminologia inadequada, visto que são inúmeras as alianças narradas no (livro do) Antigo Testamento: aliança com Noé, aliança com Abraão, aliança com Moi-

9. Trata-se dos livros presentes na Bíblia católica, mas não na protestante-evangélica. Sete livros inteiros: Baruc, Eclesiástico (Sirácida), Sabedoria, Tobias, Judite, 1 e 2 Macabeus. E ainda as partes gregas de Daniel e de Ester.

10. Compreende-se por que muitos autores e editores de língua inglesa preferam “covenant” (= aliança), em lugar de “testament”.

sés, aliança com Davi! Sem falar que seria no mínimo absurdo colocar na boca de Jesus a frase “Este cálice é a *segunda* aliança no meu sangue” (cf. Lc 22,20)!

Estas várias implicações referentes ao segundo argumento intrínseco não nos podem fazer esquecer o terceiro argumento também intrínseco: a afirmação de que o esquema “promessa-cumprimento” expresse adequadamente as relações entre os dois Testamentos. Como já vimos em algumas páginas acima, de fato não o é. Mas, o que se deve mesmo perguntar é se esta inadequação do esquema fica resolvida com a passagem de “antigo/novo” para “primeiro/segundo”, ou se é necessário buscar outro modelo (caso não seja possível afinar e aprimorar este), independentemente da terminologia usada.

Acrescente-se a tudo isso a observação de que, até mesmo quem adotou a nova nomenclatura nem sempre se mantém coerente com sua opção. Cito como exemplo o seguinte parágrafo de Milton Schwantes, um dos que aderiu à mudança: “Pois os textos veterotestamentários [...]. Há quem diga que o Primeiro Testamento [...]”<sup>11</sup>.

Por que não livros “prototestamentários”? Por uma questão de coerência com a opção feita, o termo “veterotestamentários” deveria ser abandonado! Semelhantemente, dever-se-ia falar de livros “deuterotestamentários”, teologia “prototestamentária”, teologia “deuterotestamentária” etc.

Como se vê, os argumentos intrínsecos em favor da nova terminologia revelam-se bastante frágeis e problemáticos, o que deixa o argumento extrínseco sem qualquer justificativa que não seja a busca de uma nova convenção para se referir às duas partes da Escritura judaico-cristã.

## 9. EXISTE UMA NOMENCLATURA ADEQUADA?

A busca de uma terminologia totalmente isenta de problemas para evitar “Primeiro/Antigo” Testamento e “Segundo/Novo” Testamento revela-se frustrante:

a) Bíblia Judaica: Terminologia totalmente inadequada, uma vez que tanto a Septuaginta como o Novo Testamento são escrituras dos judeus e, portanto, também são “Bíblias Judaicas”.

b) Bíblia Hebraica: Sem dúvida, “Bíblia Hebraica” designa o conjunto de livros estabelecido pelos fariseus em Jâmnia (90-100 dC), embora nem todos os capítulos da Bíblia “Hebraica” tenham sido escritos em hebraico (há vários capítulos e versículos em aramaico). Não obstante, trata-se de uma expressão menos problemática do que “Bíblia Judaica” (conforme o parágrafo anterior).

11. SCHWANTES, Milton. *História de Israel*. Vol. 1: Local e origens. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 16.

c) Bíblia Grega: Termo normalmente usado para falar da tradução grega do Antigo/Primeiro Testamento. Mas, o Novo/Segundo Testamento é também Bíblia e também em grego! Além disso, poder-se-ia aplicar “Bíblia Grega” também às traduções de Símaco, Teodocião e Áquila. Por isso, é melhor empregar Septuaginta (ou Setenta ou LXX).

d) Bíblia Cristã: Expressão que normalmente designa os livros produzidos pelos cristãos e pertencentes ao cânon cristão, isto é, os livros do Novo/Segundo Testamento. E é exatamente esta a inadequação, pois o Primeiro/Antigo Testamento (seja ele o hebraico, seja o grego) também integra a Bíblia dos seguidores de Jesus. A rigor, portanto, é um reducionismo às novas escrituras dos cristãos. Além disso, há de se recordar que a história da definição do cânon cristão é complexa e, até se chegar a um consenso, havia vários “cânones”, incluindo livros como a Terceira Carta aos Coríntios e a Primeira Carta de Clemente Romano, ou excluindo Hebreus, Tiago, 2 Pedro e 3 João! De fato, uma lista fechada de livros surgirá somente no século IV<sup>12</sup>.

Além de tudo isso, há sempre a questão – propositadamente omitida aqui – da variedade de manuscritos, o que nos faz perguntar: a versão de “qual” manuscrito é “o” texto inspirado?

## BREVE CONCLUSÃO

Após todo este percurso – por vezes sinuoso e talvez repetitivo – é necessário reconhecer: *não há argumentos sólidos e decisivos* a favor da mudança e, portanto, a escolha da nova terminologia é algo *subjetivo e muito mais afetivo* do que exegética e teologicamente justificável!

Por isso – e aplicando o mesmo *princípio do respeito* reivindicado por quem advoga o uso de “primeiro” e “segundo” –, até que se encontre um argumento definitivo para uma ou outra terminologia, até que se chegue a um consenso, quem prefere a nova convenção e quem prefere a convenção tradicional terão de conviver e respeitar a liberdade da escolha do outro.

Talvez a unanimidade venha por uma terceira via... mas que, até se impor, também enfrentará dúvidas e questionamentos.

Terminologias vêm, terminologias vão: elas se esgotam, tornam-se obsoletas, revelam-se fúteis, pois são apenas palavras humanas. Permanece para sempre somente a *Palavra de Deus*... seja lá o que isso signifique exatamente!

12. Para uma breve história do cânon do Novo Testamento, ver KAESTLI, Jean-Daniel. História do cânon do Novo Testamento. In: MARGUERAT, Daniel, org. *Novo Testamento - história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2009, p. 571-603. Para uma apresentação mais aprofundada, ver MANNUCCI, Valerio. *Bíblia, Palavra de Deus*. São Paulo: Paulus, 1986, p. 235-257.

**Bibliografia**

BENTO XVI. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini*. São Paulo: Paulinas 2010 (A Voz do Papa, 194).

BUZZETTI, Carlo. Traduzione della Bibbia e ispirazione della ‘Settanta’. *Rivista Biblica Italiana* 20 (1972) 153-161.

CIMOSA, Mario. La traduzione greca dei LXX: Dibattito sull’ispirazione. *Salesianum* 46 (1984) 3-14.

GÄDE, Gerhard. “Antico” o “Primo” Testamento? *Ho Theólogos* 18 (2000) 255-276 [Também em espanhol em: *Selecciones de Teologia* 160 (2001) 279-310. Disponível na internet: [http://seleccionesdeteologia.net/selecciones/l1ib/vol40/160/160\\_gade.pdf](http://seleccionesdeteologia.net/selecciones/l1ib/vol40/160/160_gade.pdf). Acesso em 19/12/2014].

KAESTLI, Jean-Daniel. História do cânon do Novo Testamento. In: MARGUERAT, Daniel (org.) *Novo Testamento – história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2009, p. 571-603.

LEVORATTI, Armando J., ed. ¿Antiguo o Primer Testamento? In: LEVORATTI, Armando J., ed. *Comentario Bíblico Latinoamericano – Antiguo Testamento. Vol. I: Pentateuco y textos narrativos*. Estella: Verbo Divino, 2005, p. xiv-xxi.

MANNUCCI, Valerio. *Bíblia, Palavra de Deus*. São Paulo: Paulus, 1986 (Biblioteca de Estudos Bíblicos).

PENNA, Romano. *La formazione del NT nelle sue tre dimensioni*. Cinisello Balsamo (Milano): San Paolo, 2011.

RAHNER, K. *Sobre a inspiração bíblica*. São Paulo: Herder, 1967 (Quaestiones Disputatae).

SCHWANTES, Milton. *História de Israel. Vol. 1: Local e Origens*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

VELTRI, Giuseppe. L’ispirazione della LXX tra leggenda e teologia. *Laurentianum* 27 (1976) 1-71.

ZENGER, Erich (org.). *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2003 (Bíblica Loyola, 36).

Cássio Murilo Dias da Silva

kassiomu@yahoo.com.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Av. Ipiranga, 6681

Prédio 5 – Sala 407 Partenon

90619-900 Porto Alegre, RS